

**DIVULGANDO UM PROJETO POLITICO - PEDAGÓGICO:
O SIGNIFICADO DO JORNAL ESCOLA ABERTA (Curitiba, 1984-1988).**

Maria Auxiliadora M. dos Santos Schmidt

Tânia Maria F. Braga Garcia

Programa de Pós-Graduação em Educação

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

dolinha08@uol.com.br

taniabraga@pq.cnpq.br

RESUMO:

Diferentes materiais curriculares produzidos pelos sistemas públicos de ensino para orientar as práticas dos professores, como diretrizes, cadernos pedagógicos e outras publicações, entendidos como elementos da cultura escolar, constituem-se em fontes para o estudo das formas de ensinar e escolarizar que são instituídas em determinados momentos históricos. Contribuem também para se entender os processos de construção do código disciplinar, nas diferentes áreas de conhecimento do currículo escolar. A investigação descrita toma como fonte o Jornal Escola Aberta, produzido pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, como parte das ações dos governos do PMDB na primeira metade da década de 1980, com a finalidade de implementar ações derivadas de suas políticas educativas. As análises apresentadas neste artigo foram realizadas sobre os números do jornal que foram publicados entre 1986 e 1988 e examinam as relações entre os conteúdos veiculados, do ponto de vista das temáticas abordadas, e elementos do projeto político nacional daquele partido para o campo educacional.

Palavras-chave: Rede Municipal de Ensino de Curitiba - materiais curriculares - formação continuada de professores - Jornal "Escola Aberta"

**DISCLOSING A POLITIC-PEDAGOGICAL PROJECT: THE MEANING
OF THE JOURNAL "ESCOLA ABERTA" (Curitiba, 1984 -1988)**

ABSTRACT:

Different curricular materials produced by the public systems of teaching to guide the teachers' practices, as syllabus, pedagogic notebooks and another form of publishing, understood as elements of the scholar culture, are constituted in sources for the study of the teaching ways which are instituted in particular historical periods. Those materials contribute to understand the processes of the construction of the discipline code in the different areas of knowledge of the scholar curriculum. The referred investigation is based on the Journal "Escola Aberta", produced by the Municipal Department of Education of Curitiba, as a part of the actions of PMDB governments in the first half of the decade of 1980, intending to implement actions derived from their educational policies. The analysis presented in this paper were made about the numbers of the journal that were published between 1986 and 1988 and investigate the relations between the referred contents, analyzed based on these themes, and some of the elements of the national political project of that party for the educational field.

Key-words: Municipal Teaching in Curitiba - curricular material - teachers' education - Journal "Escola Aberta".

INTRODUÇÃO

Os materiais didáticos, e em especial os manuais escolares, têm sido tema de investigações desenvolvidas por professores e alunos de Mestrado e Doutorado da linha de pesquisa Cultura, Escola e Ensino, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Resultantes das investigações realizadas, relacionadas tanto à Didática Geral como às Didáticas Específicas, trabalhos vêm sendo divulgados em congressos nacionais e internacionais (SCHMIDT E GARCIA, 2004a, 2004b; GARCIA, 2003; GARCIA, 2006; GARCIA, 2007; GARCIA, GARCIA E HIGA, 2007), em artigos científicos e livros (BUFREM, SCHMIDT E GARCIA, 2006; SCHMIDT E GARCIA, 2005; 2006).

Nesse contexto, destaca-se que desde 1997 o Núcleo de Pesquisa em Publicações Didáticas (NPPD) desenvolve projetos voltados ao estudo dos manuais escolares e outros suportes didáticos, especialmente aqueles que, entendidos como objetos da cultura escolar, foram produzidos com a finalidade específica de orientar os professores em suas atividades de ensino.

De forma geral, sabe-se que os manuais escolares têm sido objeto e fonte de investigações em diferentes perspectivas. No entanto, no Brasil como em outros países, os manuais destinados aos professores apenas começam a ser estudados, como apontado por Guerreña, Ossenbach e Pozo (2005). Tais manuais, destinados aos professores em áreas distintas da Pedagogia, que orientam o ensino na diferentes disciplinas escolares, constituem-se em preocupação acadêmica de investigadores ligados ao NPPD, que buscam, por meio desses materiais, reconstruir formas de ensinar utilizadas nas escolas brasileiras.

Ao lado desses manuais de Didática Geral e das Didáticas Específicas, outros materiais destinados à formação de professores têm sido estudados por esses pesquisadores, como as orientações metodológicas que fazem parte dos livros didáticos por exigência dos programas nacionais que os distribuem às escolas públicas; também são tomados como objeto de estudo os materiais institucionais - como diretrizes curriculares e cadernos pedagógicos, produzidos pelos sistemas públicos de ensino para orientar as práticas escolares.

Por um lado, as publicações em questão, assim como os manuais escolares, devem ser pensadas no movimento de construção do processo de escolarização; também “podem ser definidas a partir de sua principal característica, isto é, pelo tipo de leitor a quem, prioritariamente se destinam, ou seja, os professores” (BUFREM, SCHMIDT E GARCIA, 2006, p. 213). Por outro lado, grande parte desses materiais institucionais, de forma assemelhada ao que se observa nos manuais, tem a finalidade de apresentar aos professores métodos e atividades para o ensino de determinadas disciplinas. Eles veiculam, portanto, um conjunto de conhecimentos que podem ser entendidos como próprios do campo da Didática das disciplinas, “exercendo uma mediação entre o conhecimento científico específico e os modos de ensiná-lo na sala de aula”. Tais características permitem a afirmação de que “a natureza desses conteúdos é guiada pelas necessidades práticas da formação de professores”. (BUFREM, SCHMIDT E GARCIA, 2006, p.214).

O conceito de “materiais instrucionais” poderia ser retomado, aqui, na tentativa de uma categorização que permita incluir esse conjunto diverso de materiais destinados aos professores, com vistas à sua formação, que se constitui em objeto e fonte de pesquisas no NPPD. Ainda que o termo “instrucional” carregue a marca da perspectiva tecnicista predominante na discussão didática entre 1960 e 1980 e que esteja associado à proposta de ensino por meio da instrução programada, sua compreensão

poderia ser ampliada na direção apontada por Filatro (2004, p. 60), para quem não se deve confundir instrução com treinamento ou doutrinação.

Segundo a autora, a idéia de instrução não se relaciona à aprendizagem de hábitos ou comportamentos - portanto em uma perspectiva mecanicista - mas tem um significado que corresponderia ao de ensino, esclarecimento e informação, com uma determinada orientação ou finalidade.

A discussão do conceito de materiais instrucionais se recoloca, hoje, no contexto da expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação, para o desenvolvimento de processos de educação à distância, inclusive para a formação de professores. Nessa direção, as pesquisas sobre “design instrucional” vêm ganhando espaço e ampliando o campo de análise dos materiais impressos para os materiais produzidos em outros suportes. Essa ampliação em circulação, com novas perspectivas, a idéia de “produtos” elaborados na cultura escolar com a finalidade de orientar professores em seu processo de aprendizagem, ou de orientá-los para o ensino, constitui-se, de todo modo, em materiais específicos para a sua formação profissional.

Particularmente, é preciso destacar a importância, dentro dos sistemas públicos de ensino, da presença de materiais produzidos institucionalmente, seja pelas universidades ou centros de pesquisa, seja pelos professores e técnicos que atuam nas secretarias de educação, ou ainda, por outros profissionais chamados a realizar esse trabalho. Há uma tradição, no caso brasileiro, de produção desses materiais, que ora foram produzidos como orientações curriculares, com indicação de pressupostos, conteúdos e métodos de ensino, ora como cadernos pedagógicos que privilegiam as formas de ensinar, ora como publicações na forma de boletins ou jornais.

Diferentemente das revistas que têm sido tomadas como fontes para se fazer a História da Educação, na perspectiva dos estudos relativos à “imprensa periódica educacional”, como denominada por muitos pesquisadores (CATANI, 2003), esses materiais instrucionais e institucionais em questão não têm periodicidade. São produzidos para difusão de determinadas políticas educativas, em dado momento histórico e, muitas vezes, sua duração coincide com a duração de uma gestão político-administrativa.

O estudo desses materiais, portanto, se diferencia pelas suas características específicas de produção e circulação no campo educacional. Mas, enquanto produtos da cultura escolar, os materiais instrucionais e institucionais destinados à formação de professores também podem contribuir para a compreensão das formas de escolarização em determinado período, uma vez que expressam, com diferentes graus de explicitação, as intenções e finalidades de sua produção; apontam, também, pressupostos, fundamentos e métodos privilegiados na situação política e pedagógica específica em que foram gestados.

É com esse conjunto de pressupostos que o Projeto “Ensinar a ensinar”, desenvolvido no Núcleo de Pesquisas em Publicações Didáticas, articula pesquisas em duas perspectivas teórico-metodológicas principais: a perspectiva histórica, que permite compreender como os manuais escolares e os materiais instrucionais contribuem para a institucionalização de formas ou modos de ensinar e escolarizar; e a perspectiva didática, que permite avançar na compreensão de diferentes questões envolvidas na produção e uso dos manuais e materiais, com ênfase nas características teórico-metodológicas dos materiais e nas relações estabelecidas pelos professores no contexto das escolas e salas de aula, com tais objetos da cultura escolar.

Neste artigo, foram privilegiadas as análises realizadas na primeira etapa de uma investigação que toma como fonte o *Jornal Escola Aberta* (1983-1988), produzido pela Secretaria Municipal da Educação de Curitiba e distribuído aos professores e às escolas municipais, durante aquele período. Nessa primeira etapa, foram examinados os

números publicados em sua segunda fase, correspondente aos Anos III, IV e V, quando estava à frente da administração municipal o Prefeito Roberto Requião (PMDB).

A partir de uma breve indicação dos pressupostos teórico-metodológicos, que sustentam a proposta de investigação sobre os materiais destinados à formação de professores, serão apresentadas a seguir, como resultado da primeira fase de pesquisa, as análises orientadas para a relação entre as temáticas do Jornal Escola Aberta e as linhas de ação desse partido político para a Educação.

MATERIAIS DESTINADOS AOS PROFESSORES COMO ELEMENTOS VISÍVEIS DO CÓDIGO DISCIPLINAR

O jornal Escola Aberta é um material destinado especialmente aos professores da rede municipal de ensino de Curitiba, que se constitui como um tipo de objeto da cultura escolar, produzido fora da escola, mas destinado ao uso na escola e na sala de aula. Neste sentido, pode ser caracterizado como um elemento do contrato didático porque o seu uso é presidido por um protocolo anunciado e enunciado, o qual o professor deveria descobrir progressivamente.

Uma primeira questão é a de elucidar as principais características deste tipo de publicação. De modo geral, pode-se afirmar, com Batista (2000, p. 542), que assim como os livros didáticos, eles “são tanto produzidos quanto impressos tendo em vista o mercado escolar”, remetendo, portanto, à necessidade de identificá-los no movimento de construção de determinados processos de escolarização.

Segundo Briand e Chapoulie (1993), este processo é um fenômeno que pode ser relacionado à instituição escolar e aos sujeitos nela envolvidos, bem como inserido na dinâmica das articulações entre as instituições escolares e determinados projetos e propostas políticas. Ao mesmo tempo, esse movimento é um processo paulatino de produção de referências sociais, de uma cultura escolar, tendo a escola ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos como eixos articuladores de sentidos e significados, ao qual se dá o nome de escolarização do social.

Nesta perspectiva, duas ordens de questões se apresentam. A primeira, diz respeito às relações entre escola, cultura e ensino, as quais requerem a superação de concepções reprodutivistas da escolarização; a segunda, indica a particular importância da noção de cultura, pois ela permite articular, descrever e analisar os elementos-chave que compõem o fenômeno educativo, incluindo-se, entre eles, os materiais didáticos destinados a professores (FARIA FILHO, 1998).

Assim, os materiais didáticos destinados a professores pertencem à cultura escolar, sendo produtos e produtores de conhecimentos escolares, instituidores de modos de fazer ou de construir a escolarização, bem como construtores de identidades pessoais e profissionais. Enquanto referenciadores e normatizadores de práticas pedagógicas escolares, eles contribuem para urdir e dinamizar a complexa trama do cotidiano escolar. Neste sentido, estão identificados com a construção da forma escolar, a qual permite recuperar propostas de formação de professores, no movimento de “pensar a mudança” no processo de escolarização brasileiro. (VINCENT; THIN; LAHIRE, 2001, p.10).

Eles também podem ser definidos a partir de sua principal característica, isto é, pelo tipo de leitor a quem, prioritariamente, se destinam - os professores -, configurando-se sob a forma de materiais norteadores de concepções de educação, de ensino de modo geral e de ensino nas respectivas disciplinas escolares. Nesse sentido, sua natureza de “manual” deve ser destacada, lembrando-se que diferentemente de outras obras de referência, são mais efêmeros, e se desatualizam com maior velocidade.

A opção pela pesquisa em materiais didáticos destinados à formação de professores significa, portanto, tratar estes objetos a partir dos marcos definidores iniciais, isto é, como materiais didáticos relacionados ao processo de escolarização, constitutivos da cultura escolar e destinados à formação didático-pedagógica dos professores, em determinado período e contexto da sociedade brasileira. O fato de proporem concepções, métodos e atividades de ensino relacionados às diferentes disciplinas escolares aponta para a necessidade de explicar o que se entende pelo conjunto de conhecimentos veiculados por estes materiais, ou o tipo de saberes constitutivos destas publicações.

Em primeiro lugar, é preciso distingui-los dos materiais cujo conteúdo principal é o conhecimento específico das disciplinas. Esse tipo de material didático traz uma gama de conhecimentos que podem ser incluídos nos saberes e práticas próprios da prática de sala de aula, destinados a uma introdução formal para o ensino das disciplinas nas escolas, exercendo a função de mediação entre as ciências de referência e os seus modos de ensinar. Segundo Rüsen (1987), a natureza do seu conteúdo é guiada pelas necessidades práticas da formação dos professores para “o ensino de”.

Nessa perspectiva de análise, pode-se afirmar que os materiais destinados aos professores referem-se a um determinado conhecimento escolar, um tipo especial de saber, ou seja, a ciência como matéria a ser ensinada, que pode ser explicada pela sua inserção numa larga tradição social inventada, não de uma só vez, e que é recriada no que Fernandez Cuesta (1998) chama de “**código disciplinar**”. Para esse autor, trata-se da constituição de uma tradição social que se configura historicamente e que inclui um conjunto de idéias, valores, suposições e rotinas que legitimam a função educativa atribuída às disciplinas escolares, bem como regulam a ordem da prática de seu ensino. Esse conjunto abarca os discursos, regulações, práticas e contextos escolares apreendidos na ação institucionalizada dos sujeitos profissionais, os professores e educadores em geral, bem como os destinatários sociais (os alunos) que vivem e revivem os usos emprestados à educação de cada época.

No Brasil, o percurso instituído pela construção do código disciplinar das diferentes ciências de referência tem como marco institucional fundador o Regulamento de 1838, do Colégio D. Pedro II e permite concluir que houve e continua havendo um processo histórico de constituição dos diversos códigos disciplinares no quadro de desenvolvimento dos próprios modos de educar da sociedade brasileira. Assim, pode-se afirmar que o processo de construção das disciplinas escolares no Brasil insere-se no movimento de defesa da importância da educação para a formação do cidadão e o desenvolvimento do país.

A partir de 1930, teve início um processo de consolidação do código disciplinar das várias disciplinas escolares, no contexto da sociedade brasileira pós-Revolução de 1930, o qual concretiza a institucionalização de alguns projetos de reformas educacionais, como a Reforma Francisco Campos, de 1931. Entre as bandeiras de luta dos educadores brasileiros, deste e dos períodos subseqüentes, estavam a necessidade da difusão da escola pública, a formação profissional dos novos mestres e a renovação pedagógica.

Este tripé, determinado em função das demandas nacionais, embasou e estimulou a produção e difusão de uma literatura específica, destinada à formação renovada de professores. Estas publicações consolidaram-se, ao longo do século XX, como documentos importantes para orientação das práticas pedagógicas escolares, de modo geral, e de cada uma das disciplinas escolares, em particular.

Nesta perspectiva, os materiais didáticos destinados a professores podem ser vistos como constitutivos do “código disciplinar” das ciências enquanto conhecimento

escolar e, assim, analisados em duas dimensões. A primeira diz respeito à idéia da construção do código disciplinar, no país, como uma tradição que se configura historicamente em uma larga duração, a partir da relação que se estabeleceu entre a edificação das ciências como disciplinas escolares e a dinâmica da educação brasileira, como as reformas educacionais realizadas em diferentes momentos. Nesse sentido, o *Jornal Escola Aberta* -fonte da investigação aqui relatada- configura-se como expressão da publicização das reformas encetadas no Sistema Municipal de Ensino de Curitiba, no período de 1986 a 1989.

A segunda dimensão de análise conduz ao exame desses materiais na busca de características do “código disciplinar”, direção que coloca em relevo a complexa problemática das relações entre conhecimento científico e conhecimento escolar, pois os materiais didáticos são uma parte da “tradição seletiva” que, “en virtud de una acción recontextualizadora efectuada por vários agentes sociales, convierte el saber académico en conocimiento escolar legítimo, trasmuta la ciência que se hace en la ciência que se enseña.” (FERNANDEZ CUESTA, 1998, p.102).

Neste sentido a análise dos materiais didáticos pode elucidar aspectos da “transposição didática” (CHEVALLARD, 2000) relacionados à construção dos modos de ensinar de cada ciência, enunciados a partir da cultura experiencial dos seus próprios autores. No caso da fonte em questão, é preciso dizer, antecipadamente, que alguns autores de artigos do *Jornal Escola Aberta* organizaram essa transposição a partir de sua experiência como educadores ou especialistas em educação. Outros sistematizaram seus enunciados a partir de sua experiência em sala de aula, como especialista em determinada disciplina curricular.

Como “elementos visíveis” do código disciplinar (FERNANDEZ CUESTA, 1998), os materiais curriculares instrucionais e institucionais podem explicitar, portanto, relações entre os projetos de escolarização colocados em andamento no país em determinado momento da história, bem como revelar os elementos que foram privilegiados ao se orientar os professores para determinadas formas de pensar e organizar o ensino na vigência de diferentes projetos políticos, ao longo do século XX.

A AÇÃO DO ESTADO NA PRODUÇÃO E PUBLICAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS.

As preocupações com a expansão da escola pública, com a formação de professores para o cumprimento de determinadas funções sociais e com a difusão de perspectivas educacionais renovadoras, presentes na Reforma Francisco de Campos (1931), também foram de certa maneira incorporadas pela Portaria 1.045, de 1951, da reforma da Escola Secundária (ginásio) brasileira. A proposição desta Portaria pelo MEC fez parte de um conjunto de medidas constitutivas do processo de redemocratização da sociedade brasileira após o período da ditadura Getulista, Estado Novo (1937-1945).

No campo educacional, um dos principais investimentos do governo brasileiro no período (1945-1961) foi a valorização e expansão da escola secundária, ocorrendo o que Nunes (1980) chamou de “modernização da escola secundária”. Para a autora, as funções da escola secundária brasileira passaram a ser questionadas no contexto das rearticulações do modo de produção capitalista, a partir da década de 1950, com a internacionalização da economia brasileira coordenada pelos Estados Unidos e a consolidação da industrialização brasileira, numa situação de dependência.

Neste momento, meados dos anos 1950, o controle do ensino secundário passou a ser disputado pelos setores progressistas e conservadores. Representantes de

correntes educacionais mais progressistas passaram a ocupar cargos em postos administrativos na área educacional, mas os conservadores obtiveram vitória com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (4.024). No entanto, a renovação da escola secundária era urgente e necessária, pois, segundo Nunes (1980), ela seria responsável pela formação, na juventude, de uma consciência internacional, “incentivando a solidariedade, contribuindo para suprimir o flagelo da guerra, consolidar a fé nos direitos fundamentais do homem, fazer reinar a justiça, favorecer o progresso social e assegurar a todos uma vida livre e melhor” (NUNES, 1980, p. 36).

Nesse cenário, já se pode apontar a ação do Estado brasileiro na produção e publicação de materiais didáticos destinados à formação de professores, que pode ser detectada particularmente a partir da década de 1940. Em 1942, o Ministério da Educação criou a Diretoria do Ensino Secundário cujos objetivos eram orientar e fiscalizar a aplicação das leis, a melhoria das condições materiais e do ensino, a inspeção das escolas, a melhoria do ensino secundário e a sua adequação prática aos interesses e necessidades da crescente clientela urbana.

Devido ao grande volume de trabalho, as atividades passaram a ser descentralizadas e foram sendo criados diferentes órgãos da administração pública para executá-las. Entre eles, merecem destaque o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), criado em 1953, e a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), criado também em 1953. Entre as ações principais desses órgãos estava a publicação de periódicos e manuais destinados à formação complementar dos professores brasileiros. Vale lembrar que, entre 1941 e 1970, o Estado irá ter supremacia nesse campo editorial, considerando que, neste período, ao contrário dos períodos anteriores e posteriores, não há destaque por parte das editoras privadas, na publicação de coleções, com manuais destinados aos educadores.

Segundo Nunes, (1980), o Decreto n. 34.638, da Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação, de 17 de novembro de 1953, ainda no período do segundo governo de Getúlio Vargas, criou a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão da Escola Secundária com o objetivo precípua de elevar o nível do ensino secundário no Brasil. Nesse sentido, a autora destaca alguns objetivos da CADES :

- a) Tornar a educação secundária mais ajustada aos interesses e possibilidades dos estudantes, bem como às reais condições e necessidades do meio a que a escola serve, conferindo ao ensino secundário maior eficácia e sentido social;
- b) possibilitar a maior número de jovens brasileiros acesso à escola secundária.

Para atingir estas finalidades, a CADES desenvolveria algumas ações, como realização de cursos e estágios para aperfeiçoamento de professores e outros trabalhadores escolares; distribuição de bolsas de estudos a professores secundários, para desenvolvimento profissional em cursos e estágios, promovidos por entidades nacionais e estrangeiras; assistência técnica a estabelecimentos de ensino secundário; realização de estudos dos programas do curso secundário e dos métodos de ensino, a fim de melhor ajustar o ensino aos interesses dos alunos e às condições e exigências do meio; elaboração de material didático; providências para melhoria e barateamento do livro didático; elaboração e aplicação de avaliações do rendimento escolar; organização do serviço de orientação educacional nas escolas de ensino secundário; plano de concessão de bolsas de estudos a alunos intelectualmente bem dotados e carentes; renovação do mobiliário, oficinas e laboratórios escolares; estudos sobre as

necessidades e possibilidades do ensino secundário no país; divulgação e publicização de experiências de interesse do ensino secundário; promoção de intercâmbios nacionais e internacionais e esclarecimento da opinião pública sobre a importância de uma boa escola secundária.

Durante as décadas de 1950 e 1960 merecem destaque as ações da CADES no que se refere aos cursos de treinamento de professores para a escola secundária, a organização de simpósio e jornadas para capacitação do pessoal técnico das escolas e a produção de publicações destinadas à formação de professores, nomeadamente um tipo de material impresso sem periodicidade, denominado Revista Escola Secundária, que circulou entre 1957 e 1963 com 19 números.

Pode-se afirmar que havia uma relação orgânica entre os objetivos da Revista e as demandas do contexto sócio-econômico brasileiro, como se observa na Apresentação feita ao número 1 da Revista Escola Secundária, em que o Diretor do Ensino Secundário, Amado (1957, 5), afirmava que:

Esta Revista, divulgando as mais importantes realizações e experiências de educadores nacionais e estrangeiros, terá cumprido seu maior objetivo se estimular e facilitar o aperfeiçoamento técnico do trabalho docente e se puder contribuir para reforçar a compreensão do papel que cabe à escola secundária brasileira na formação da sociedade e no desenvolvimento do país.

Simultaneamente à CADES, outro órgão de divulgação do Ministério da Educação e Cultura, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, também produzia e difundia materiais didáticos destinados à formação de professores. Cabe ressaltar que a preocupação em formar professores para a sociedade brasileira, em desenvolvimento e democrática, estava explícita nos materiais produzidos pela CADES e pelo INEP.

Como afirma Fernandez Cuesta (1997, 1998), o “código disciplinar” é construído a partir de relações que vão sendo estabelecidas entre marcos contextuais, perspectivas das ciências e a prática escolar. Assim, os boletins, jornais, revistas e outros impressos, produzidos pelo Estado ou por outras instituições, constituem-se em um corpus documental de grande interesse para investigações que visam a compreensão não apenas dos modos de ensinar, mas também, das ações políticas que organizaram a formação docente em determinados momentos da história da educação.

No caso específico do Jornal Escola Aberta, enquanto material didático destinado a professores, pode-se afirmar que evidencia alguns elementos originais para a análise do “código disciplinar” das disciplinas escolares no Brasil, entre os quais a demarcação de fortes relações de poder do Estado na configuração das diferentes ciências como disciplinas escolares.

Estas relações puderam ser detectadas, principalmente, na articulação orgânica entre intelectuais, cuja experiência se pautava na prática do magistério e na produção e divulgação de determinadas políticas educacionais governamentais, relacionadas aos governos articulados ao PMDB paranaense, no período entre 1983 e 1988 e serão parcialmente apresentadas a seguir. Ressalvada a idéia de que não se trata de tomá-lo como fonte exaustiva, esse material instrucional e institucional pode contribuir para o esclarecimento de alguns aspectos da educação municipal em Curitiba, na década de 1980.

O “JORNAL” ESCOLA ABERTA: CARACTERÍSTICAS GERAIS E OBJETIVOS ANUNCIADOS

Em 1983, José Richa, eleito pela legenda do PMDB, tomou posse como o primeiro governador eleito do Paraná, após o período da Ditadura Militar, e nomeou Maurício Fruet (PMDB) como prefeito de Curitiba, em cuja gestão o Departamento de Educação de Curitiba promoveu discussões e simpósios com o objetivo de formular uma política educacional centrada na idéia de “educação para uma escola aberta”.

Segundo Cunha, “a ‘escola aberta’ era entendida como aquela favorável a que os membros da ‘comunidade’ transmitissem suas experiências numa relação de troca”. Nesse sentido, como destaca o autor referenciando-se no documento oficial (MUNICÍPIO DE CURITIBA, 1984, p. 14), a escola era compreendida como um espaço de “confronto das relações sociais”, mas também de “articulação dos universos sociais, respeitando o contexto cultural do aluno e a expressão do seu conhecimento mas ao mesmo tempo que propicia o acesso à cultura elaborada”. A escola teria, portanto, a finalidade de educar “para a subsistência, para a liberdade, para a comunicação e para a transformação.” (CUNHA, 1991, p. 257).

Como política do Departamento de Educação de Curitiba, a “escola aberta” orientou a formulação das seguintes estratégias de ação educacional: democratização do poder na administração do ensino; aperfeiçoamento sistemático de recursos humanos; reestruturação do currículo escolar; valorização das manifestações culturais da “comunidade; dinamização da estrutura administrativa; valorização do educador e cooperação com outros órgãos governamentais e acadêmicos. (CUNHA, 1991, p. 257).

Paralelamente às discussões da proposta da “escola aberta”, a Associação do Magistério Municipal de Curitiba propôs e foi aprovada pela Câmara Municipal, a eleição direta dos diretores pelos professores, pedagogos, funcionários e pais de alunos das escolas. Ademais, foi também proposto e aprovado o Estatuto do Magistério, o qual estabelecia uma série de mudanças na carreira do magistério, como o pagamento por habilitação e da “hora-permanência”.

Realizadas eleições para prefeito em 1985, foi eleito Roberto Requião, também do PMDB, dando continuidade às políticas do seu antecessor por meio do Plano de Educação do Município de Curitiba, 1986-1988, o qual continha cinco metas: garantia de escolarização básica de qualidade; expansão do atendimento pré-escolar; popularização do esporte; implantação da escola integrada em período integral; e democratização e descentralização das decisões. (CUNHA, 1991, p. 258).

É nesse contexto que se situa a criação de um tipo de material didático que divulgasse as novas propostas da política educacional do governo Roberto Requião, incorporando “ao conjunto de novas propostas os projetos que já vinham se desenvolvendo, o que era aliás explicitamente admitido, coisa rara na administração educacional do país, qualquer que seja o nível do Estado” (CUNHA, 1991, p. 258). Como já afirmado, tratava-se de um conjunto de propostas defendidas nacionalmente pelo partido dos dois prefeitos.

Esse material didático tomou a forma de um “Jornal”, ainda que não possa ser caracterizado como tal, pois não tinha a principal característica que identifica a natureza desse tipo de impresso, que é a periodicidade. Como se observa pelos números que foram localizados nessa primeira fase da investigação, o “Jornal” era produzido para cumprir as finalidades de informação e formação, relativas aos programas de cada uma das metas propostas nas políticas de gestão do PMDB na prefeitura de Curitiba.

Num período de 5 anos, de 1983 a 1988, foram produzidos 13 “jornais”. Dos 13 produzidos, conseguiu-se recuperar 7 números que foram impressos durante os anos

de 1986 a 1988, ou seja, do ano III, número 7, ao ano V, número 13. No editorial do número 7, o “Jornal” é (re)apresentado:

Colega

O “ESCOLA ABERTA” está de volta, em seu terceiro ano de vida. Com a cara nova e a mesma intenção: ser uma mão de duas vias que socializa o que acontece nas escolas e na SME. Sua proposta é ser o veículo de informações e, ao mesmo tempo, pôr em discussão as questões emergentes da educação no município e no País. O “ESCOLA ABERTA” acredita que o acesso à informação e formação, em todas as suas formas, é fundamental para que os educadores possam pensar melhor sua própria realidade. Neste número damos a palavra ao prefeito, ao secretário e sua equipe diretora. A cada número traremos um secretário para conversar conosco. Assim, poderemos entender melhor os mecanismos da administração pública e neles intervir de maneira objetiva.

No Expediente do “Jornal” constam várias informações relativas ao material, identificando-o como uma publicação da Secretaria Municipal da Educação, incluindo o nome do Secretário Ubaldo Martini Puppi, os nomes da equipe e da jornalista responsável. Cada número apresentava também uma equipe de colaboradores. De forma geral, pode-se constatar que toda equipe do jornal, a permanente e a de colaboradores, era composta de pedagogos ou professores.

No primeiro número, publicado pela sua administração, o Prefeito toma a palavra para destacar que a educação, a saúde e o emprego constituíram-se como as principais bandeiras do PMDB nas eleições de 1985 e, em particular, aponta a implantação da Escola Integral como ação que é avaliada por ele como “um grande esforço material e humano que se justifica pelo avanço social que representa” (PREFEITO ROBERTO REQUIÃO, *Jornal Escola Aberta*, maio/junho 1986).

Ao lado dessa carta assinada pelo Prefeito, o Secretário de Educação, professor Ubaldo Puppi, explica a retomada do *Jornal Escola Aberta* e as finalidades da publicação:

Prezados Professores

Ao assumir a Secretaria Municipal de Educação, pretendia enviar-lhes uma carta de apresentação e saudação, logo traduzida na idéia de um pequeno jornal periódico, no qual viéssemos a nos encontrar para passar informações, dialogar e refletir juntos. Constituída a equipe de redação, à qual me associei, fomos buscar num passado recente o título que reata com uma origem e reporta a toda uma concepção de educação – “Escola Aberta”. (UBALDO PUPPI, *Jornal Escola Aberta*, maio/junho 1986)

A perspectiva de continuidade das ações da administração anterior, assim anunciada, está expressa e reafirmada na carta do Secretário de Educação: “Por seu título, o jornal fará lembrar o que de melhor se colheu na gestão anterior, e servirá de estímulo para prosseguir no mesmo caminho, com a disposição de o assumir, aprimorar

e ultrapassar”. Também é destacado, por ele, o fato de que esse resgate não se deu por “critérios nostálgicos”, mas para preservar a conquista da democracia - tanto na sociedade como na escola – entendida não apenas pela “superação do período autoritário do regime militar” mas também “como salto qualitativo em relação ao período que o antecedeu.” (UBALDO PUPPI, *Jornal Escola Aberta*, maio/junho 1986).

A intenção de estabelecer uma relação de identidade dos professores com as propostas da Administração, como se discutirá mais adiante, já pode ser indiciada na conclusão da carta do Secretário, que, como professor universitário, conclama “os colegas” professores da rede municipal a participar desse processo de “crescimento humano cultural e cívico-político”, na perspectiva de uma “missão de educadores”, tanto individual como social.

Ainda nesse primeiro número, após as cartas do Prefeito e do Secretário, colunas com declarações da Secretária Adjunta e das Diretoras dos três Departamentos que compõem, naquele momento, a Secretaria de Educação de Curitiba, acompanhadas de dados biográficos de cada uma delas, complementa a apresentação da equipe responsável pela implementação das estratégias educacionais do PMDB na educação Municipal de Curitiba.

Uma das intenções anunciadas no Editorial do número 7 contribui para compreender as finalidades da publicação. Chamando a atenção para o fato de que o *Jornal* “está de volta (...) Com cara nova e a mesma intenção” de ser “uma mão de duas vias que socializa o que acontece nas escolas e na SME”, revela-se também a importância a ele atribuída na difusão das linhas e estratégias políticas do partido:

Neste número, damos a palavra ao prefeito, ao secretário e sua equipe diretora. Também publicamos uma entrevista com o secretário das Finanças (...). A cada número traremos um secretário para conversar conosco. Assim, poderemos entender melhor os mecanismos da administração pública e neles intervir de maneira objetiva. (EDITORIAL, *Jornal Escola Aberta*, maio/junho 1986).

A entrevista com o Secretário de Finanças é destinada a esclarecer os professores, que “não sabem de onde vêm e para onde vão os recursos da prefeitura”, e ele anuncia ao final que o orçamento do ano seguinte vai “depende da economia como um todo”, mas que saúde e educação seriam priorizados pelo governo municipal. Nos números seguintes, apenas mais um secretário é entrevistado – o da Saúde – (*JORNAL ESCOLA ABERTA*, n. 8, dez/1986), com a finalidade de informar sobre a ampliação do número de Centros de Saúde, seu funcionamento e, também, sobre o atendimento dos escolares, na relação com as escolas.

Uma última questão a destacar quanto às finalidades expressas no Editorial do número 7 diz respeito à “mão de duas vias para socializar o que acontece nas escolas e na SME”. Anuncia-se a criação de duas seções - “Cartas” e “Fala, Professor” - para abrir espaço à colaboração dos professores: “Nelas todos poderemos reclamar, sugerir idéias e contar nossas experiências pedagógicas” (Editorial). Apenas no número 11 (jul/1988) a seção Cartas é incluída, com dois agradecimentos pelo jornal recebido e uma solicitação para receber o material, pela sua qualidade. Quanto às colaborações de professores, estão concentradas em alguns números temáticos, como por exemplo na Edição Especial Programa Mulher & Educação e no número 13, relativo à Gincana da Memória. Nos demais, pontualmente aparece algum relato de experiência, mas pode-se afirmar que quantitativamente o espaço do *Jornal* foi pouco ocupado pelas escolas e professores.

Cada um dos jornais publicados - a partir do número 7 - anuncia, na primeira página, uma temática em destaque, como se observa no quadro a seguir.

Quadro 1 – Temas do Jornal Escola Aberta (1986-1988)

Numero	Ano	Mês	N.de paginas	Tema
07	III - 1986	Maio/Junho	08	Diretor de Escola: Mais do que administrador
s/n Edição Especial	III - 1986	Outubro	08	Democratizar a educação: projeto do presente
08	III - 1986	Dezembro	08	Semana Móvel: ganho para o aluno, ganho para o professor
09	IV	Abr/Maio 87	32	Em discussão: Currículo Básico nas Escolas Municipais
s/n	1987	Novembro	08	Eleições. Escola e Comunicade Caminham Juntas
10	Ano V - 1988	Fevereiro	24	Livro Didático: A favor ou contra?
11	Ano V - 1988	Julho	24	Avaliação na berlinda
Edição Especial	1988	Agosto	08	Programa Mulher & Educação
12	Ano V – 1988	Agosto	24	A aventura da Alfabetização
13	Ano V – 1988	dezembro	12	A gincana da Memória

Fonte: pesquisa das autoras, 2007.

Além do tema principal, outros secundários também foram contemplados nos primeiros números. A partir do número 9, as edições se concentram exclusivamente em uma temática, inclusive nos dois números especiais, o que será objeto das análises apresentadas a seguir.

DUAS METAS DA ADMINISTRAÇÃO PRIVILEGIADAS: A ESCOLARIZAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE E A DEMOCRATIZAÇÃO DAS DECISÕES.

A análise das temáticas permite identificar o investimento do Jornal nas questões diretamente relacionadas à garantia de escolarização básica de maior qualidade, uma das ações privilegiadas nos planos dos governos do PMDB, eleitos em outros estados e municípios na década de 1980 – como em Minas Gerais e São Paulo, por exemplo. As discussões curriculares, com destaque ao “ciclo básico de alfabetização”, foram marca dessas administrações e também da administração da educação municipal em Curitiba. Esses movimentos de discussão curricular se prolongaram até o início da década de 1990, e propostas de currículo básico foram elaboradas e reelaboradas na esteira dessas ações.

Essa priorização do debate curricular está expressa no aumento expressivo do número de páginas dos números do Jornal em que o tema é relacionado à estruturação do ensino, o que acontece nos números 9, 10, 11 e 12. No editorial do número que coloca em discussão o Currículo Básico nas Escolas Municipais, é o Secretário de Educação, professor Ubaldo Pupí, que destaca a relação dessa ação com as políticas do partido, mas acentua a decisão do governo municipal para efetivar tais políticas em ações concretas:

O que faz a diferença própria de uma consistente promessa de campanha eleitoral é a doutrina social e a decisão política que lhe servem de suporte. Estes dois ingredientes sempre estiveram – e estão – presentes nos discursos do prefeito Roberto Requião. Foram eles que revestiram de credibilidade o enunciado de uma educação inteiramente comprometida com a democratização do ensino e a destinação da educação para tomada de consciência e o conseqüente exercício da cidadania por parte de nossos alunos. O contexto do enunciado é o que o distinguiu de toda outra formulação homóloga esloganizada. (ESCOLA ABERTA, n. 9, abr/maio 1987)

O papel da Secretaria de Educação, no planejamento e execução de ações que traduzam “a intenção do poder”, também é lembrada pelo Secretário “não porque o Prefeito quer, mas porque ele quer o que é a solução que efetivamente se impõe”, para a transformação da educação municipal. No entanto, finalizando o Editorial, transfere o compromisso “com o partido” para um compromisso político “com a pesquisa científica, com a história, com o ser da criança e com suas relações sociais”.

Também se pode apontar, nessas primeiras análises realizadas, a relação da temática do jornal de Novembro de 1987 – “Eleições: Escola e Comunidade caminham juntas” – com as estratégias políticas de “democratização da educação” que o PMDB assumiu e defendeu em diferentes sistemas estaduais e municipais. Naquele momento, a municipalidade encaminhava a alteração da Lei de Eleições de Diretores, ampliando para todos os pais o direito de voto. Na lei anterior apenas os pais que compunham a Diretoria da Associação de Pais e Professores da escola tinham direito ao voto.

As duas temáticas destacadas – currículo básico e democratização das decisões – confirmam-se, pois, como instrumentos de difusão e implementação das estratégias da administração de Roberto Requião frente à prefeitura de Curitiba, não como estratégias locais, mas sim na perspectiva de consolidação de um programa nacional que o PMDB estabeleceu para aquele momento histórico, em que o país saía da Ditadura Militar e, em diferentes estados e municípios, a oposição assumia a responsabilidade sobre governos estaduais e municipais.

CONSIDERAÇÕES E CONTINUIDADE DA INVESTIGAÇÃO

As análises realizadas, que tomam como fonte o Jornal Escola Aberta, em sua segunda fase de publicação (1986-1988), anunciam algumas considerações preliminares e indicam potencialidades para a continuidade dos estudos a partir desse material instrucional e institucional publicado pela administração municipal da educação em Curitiba.

De forma geral, pode-se afirmar que as temáticas privilegiadas no conjunto de números publicados, nesse período, guardam uma relação orgânica com as linhas de ação política traçadas pelo PMDB nacional, partido que passou a ocupar a administração em alguns municípios e estados brasileiros no período em que o país ia gradativamente se democratizando, na transição após a Ditadura Militar (1964-1984).

Nesse sentido, o *corpus* documental examinado permite afirmar que, enquanto um material instrucional e institucional, a função estabelecida para o Jornal Escola Aberta, na gestão de Roberto Requião, pode ser caracterizada como a de instrumento de efetivação de uma política de recursos humanos para a educação municipal. Essa política, planejada e divulgada na gestão anterior, do prefeito Maurício Fruet, foi concretizada durante a gestão Roberto Requião, e o Jornal Escola Aberta teve a função

de manter em dia as idéias que constituíam o projeto do PMDB para a educação pública, acrescida, no caso de Curitiba, de uma ação específica que foi a implementação e implantação das escolas de tempo integral.

É clara a intencionalidade de criar condições para que os professores se comprometam com as metas estabelecidas pela administração do município. Por isso se anuncia a criação de um veículo de informação e de discussão, como “uma mão de duas vias que socializa o que acontece nas escola e na SME”, objetivo que se concretiza na direção da Secretaria para as escolas, mas não se efetiva, a não ser em alguns momentos específicos, como um espaço de manifestação da escolas municipais.

Por um lado, na continuidade da investigação pretende-se, inicialmente, localizar os seis números anteriores do Jornal, recompondo a série documental e ampliando a análise temática na relação com as políticas do PMDB na década de 1980-1990. Por outro lado, utilizando-se a análise de conteúdo (BARDIN, 2006), pretende-se efetivar um esforço de compreensão sobre as questões que foram privilegiadas, nas diferentes temáticas colocadas pela publicação aos educadores da Rede Municipal de Curitiba naquele momento.

Uma direção possível, na perspectiva de análise a partir dos conceitos de “código curricular”, como discutido por Lundgren (1997) e de “código disciplinar”, construído por Fernandez Cuesta (1998), diz respeito às formas pelas quais, por meio do Jornal, as disciplinas escolares foram tratadas na perspectiva do Currículo Básico, concepção que definiu formas de uso do conhecimento escolar, suas funções sociais, bem como metodologias de ensino para os diferentes conhecimentos específicos.

Ainda, espera-se como objetivo das ações na continuidade do projeto, realizar entrevistas com profissionais que participaram da produção do Jornal Escola Aberta e dos colaboradores, nos dois períodos de sua publicação, para recuperar, por meio da memória desses profissionais, elementos que contribuam para a compreensão desse período da educação municipal em Curitiba.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: texto, impressos e livros didáticos. In. ABREU, Márcia (Org.). **Leituras, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2000. p. 529-575

BRIAND, J. P. ; CHAPOULIE, J. M. L'institution scolaire et la scolarization : une perspective d'ensemble. **Revue Française du sociologie**, Paris, INRP, n. XXXIV, p. 3-42, 1993.

BUFREM, Leilah Santiago; SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Braga. Os manuais destinados a professores como fontes para a história das formas de ensinar. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 22, p.120 - 130, 2006.

CAMPANHA de Desenvolvimento da Escola Secundária - CADES. **Revista Escola Secundária**, Rio de Janeiro, v.1/19; jun.1957/dez.1963.

CATANI, Denice B. **Educadores à meia-luz**: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Revista Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 2, p.17-227, 1990.

CHEVALLARD, Yves. **La transposición didáctica: del saber sabio al saber enseñado**. Buenos Aires: Aique, 2000.

CUNHA, Luís Antonio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo, Cortez; RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 1991.

FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **Modos de ver. Formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FERNANDEZ CUESTA, Raimundo. **Clio en las aulas: la enseñanza de la Historia en España; entre reformas, ilusiones y ruinas**. Madrid: Akal, 1998.

FERNANDEZ CUESTA, Raimundo. **Sociogénesis de una disciplina escolar: la Historia**. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1997.

FILATRO, Andrea. **Design instrucional contextualizado**. São Paulo: Editora SENAC, 2004.

GARCIA, T. M. B.: “Ciência do ensino e doutrina do método”: a didática e os manuais para formação de professores nas Escolas Normais (1890-1990). In: **VI Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana**, San Luis Potosí, México, 2003.

GARCIA, Tânia Braga. Treinando habilidades para o ensino: perspectivas da Didática no início da década de 1970. In **Anais do X Encuentro Internacional de Historia de la Educación** “Entre la memoria y el olvido. Culturas, comunidades, saberes. Guanajuato, México, 2006, p. 1-10 (CDROM).

GARCIA, T. M. F. B. O uso do livro didático em aulas de História do ensino fundamental In: VI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, 2007, Natal, RN. **VI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços**. Natal. RN: Editora da UFRN, 2007. v.1. p.1 – 11.

Garcia, N.M.D., Garcia, T.M.F.B. e Higa, I. O Projeto de Ensino de Física (PEF): um modo brasileiro de ensinar Física da década de 1970. In: **Simpósio Nacional de Ensino de Física, 17**, São Luis, MA, 2007.

GUEREÑA, J.; OSSENBACH, G.; POZO, M. (Dir.). **Manuales escolares en España, Portugal y América Latina (Siglos XIX e XX)**. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia – UNED, 2005 (Série Proyecto MANES).

LUNDGREN, Ulf. **Teoría del curriculum y escolarización**. 2. ed. trad.Caridad Clemente Aparicio. Madrid: Ediciones Morata, 1997.

NUNES, Clarice. **Escola & dependência: o ensino secundário e a manutenção da ordem**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

RUSEN, Jorn. The didactics of history in west Germany: towards a new self-awareness of historical studies. **History and theory**, Middletown, Wesleyan University Press, v. xxvi, n.3, p. 275-286, 1987.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora M. Santos. Historia com pedagogia: a contribuição de Jonathas Serrano na construção do código disciplinar da História no Brasil. **Revista Brasileira de História: Produção e divulgação de saberes históricos e pedagógicos**, São Paulo, n.48, , p. 189-212, ago. 2004/jul.2005.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, T. M. B. A História Local e a reconstrução das práticas de formação de professores. In: XII ENDIPE, 2004, Curitiba, PR. **XII ENDIPE: conhecimento local e conhecimento universal**. Curitiba, PR, 2004a. v. 1. p. 1409-1418.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, T. M. F. B. Teaching History from documents in the family archives: a social experiment with brazilian children In: HEIRNET, 2004, Ambleside. **HEIRNET CONFERENCE**, 2004b.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, T. M. F. B. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História. **Cadernos CEDES**, Campinas, São Paulo, v. 67, n. 1, p. 297-308, 2005.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, T. M. F. B. Histories of the city as enlightenment of the formation of historical conscience of brazilian children (1997-2000). In: Nakou, I. (org) **Approaching History Education in the beginning of the 21st. Century**. Atenas, Grécia: Metaixmio, 2006, p. 187-199.

SEMINÁRIOS. **Revista Escola Secundária**, Rio de Janeiro: CADES-Ministério da Educação e Cultura, n. 14, set.1960. Noticiário.

VINCENT, G.; LAHIRE,B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, p.7- 47, jun. 2001.

Artigo recebido em: 24/7/2008

Aprovado para publicação em: 4/9/2008